

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

José Emanuel Sebastião da Silva Pereira¹

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma análise acerca das perspectivas da Psicologia Comunitária com relação aos Movimentos Sociais, bem como sua proximidade prática com a Educação Popular. Tais movimentos Sociais que são constituídos por indivíduos que visam saírem do submundo do esquecimento e, assim, se fortalecerem enquanto sujeitos de direitos através dos movimentos sociais. Este estudo tem como objetivo analisar como a Psicologia Comunitária pode estar inserida nos movimentos sociais, a partir da sua aproximação teórico-prática com a Educação Popular. Esta pesquisa é de caráter qualitativo, propõe-se apresentar as perspectivas da Psicologia Comunitária acerca dos movimentos sociais, estabelecendo uma articulação teórica entre a Psicologia Comunitária e a Educação Popular, tendo em vista que a dialogicidade proposta por Freire (1996). Verificou-se que a Psicologia Comunitária e a Educação Popular, desempenharam papéis relevantes na conscientização dos grupos a partir do empoderamento dos indivíduos pertencentes aos movimentos sociais. Todavia quem transforma a realidade social não são apenas os psicólogos e pedagogos, entres outros profissionais, mas aqueles que saem do estado de inércia tomando consciência de suas realidades. Por fim, sem criticidade não é possível estabelecer uma sociedade realmente democrática, e sem o empoderamento demonstrado pelos movimentos sociais, isso não seria possível.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Movimentos Sociais; Psicologia Comunitária.

O presente trabalho trata-se de uma análise acerca das perspectivas da Psicologia Comunitária com relação aos Movimentos Sociais, bem como sua proximidade prática com a Educação Popular. Tais movimentos Sociais que são constituídos por indivíduos que visam saírem do submundo do esquecimento e, assim, se fortalecerem enquanto sujeitos de direitos através dos movimentos sociais. Tendo em vista que desde o surgimento da primeira constituição em 1824, os verdadeiros interesses favoreciam, assim como atualmente, apenas uma parte da população, a oligarquia latifundiária, conforme Jesus (2012).

¹ Pós-graduando *Lato Sensu* em Psicologia Escolar e Educacional pela Faculdade Futura do grupo FAVENI. Votuporanga – SP/Brasil.

<https://www.faculdefutura.com.br>

A concepção de mundo é gradativamente construída ao decorrer da história, assim como da formação das sociedades, que se expandiram, com caráter econômico, desde as grandes navegações que remontam o século XV, todavia, segundo Jesus (2012) a visão desse mundo é diminuída com a Revolução Industrial, em meados de 1850. A cada troca de ideais realizados, apontava para possíveis discordâncias entre as civilizações, acarretando em novas dimensões da realidade de mundo com a formação dos movimentos sociais.

Estes, fogem do raciocínio burguês do poder verticalizado, o que segundo Freire (1996) trata-se de uma educação bancária, que constitui em imposição e repetição, o que corrobora com a desconstrução de relações democráticas, marginalizando, excluindo e estigmatizando muitos indivíduos de uma sociedade que, por vezes, os invisibiliza. Daí a importância dos movimentos sociais na busca por mudanças políticas em favor de uma democracia plena, que segundo Gohn (2015) explica que tais mudanças desejadas demoram, e, que para isso devem existir as mobilizações.

Mediante tais configurações as pessoas, que tiveram seus direitos cerceados, se juntaram em prol de ideais coletivos e formaram os movimentos sociais. Os mesmos têm se fortalecido a cada década, a necessidade de organização mediante a opressão advinda daqueles que além de letrados, estavam no poder. Segundo Honnet (2003, p. 143) “movimentos sociais são ações coletivas com objetivos de manter ou mudar uma situação”.

No próprio Brasil têm-se inúmeras exemplos, dos quais muitos se tornaram publicações, da exclusão social, da opressão, da marginalização do outro, esse outro conhecido como menos favorecido. Segundo Gohn (2015) era necessário que esses sujeitos se constituíssem do saber das palavras para se posicionarem como indivíduos reais na trajetória dos avanços nos processos sócio-cultural-político da sociedade.

Freire (1987) já retratava acerca da importância do empoderamento do homem, afim de experienciar o teor do que lhe é dito por outrem, bem como apreender do valoroso poder que as palavras detêm, sabendo-se de tal forma utilizá-las da forma mais oportuna, e, como o mesmo autor traz, manipulá-las de maneira libertadora. Isso, favorecendo ao alfabetizando/educando a condição do pensamento crítico sobre as palavras dentro do seu contexto, e o momento oportuno para expressá-las.

Ou seja, constituindo o homem devidamente como um ser sócio-político, agente e transformador social. Gohn (2015) corrobora com Freire (1979) quando afirma que o método freireano trata-se de uma educação libertadora e conscientizadora, que transforma os indivíduos



a partir de um processo de tomada de consciência, reinsserindo-os no próprio meio social onde convivem. Em se falando do social, existem algumas ciências que se envolvem com o tema, entre elas, em específico a Psicologia Social Comunitária, ou apenas Psicologia Comunitária.

Conforme Pereira e Pinto (2016) a Psicologia Comunitária surge por volta dos anos 60, com o propósito de analisar, apreender e intervir no contexto das adversidades psicossociais duma comunidade, diante das grandes transformações sociais, tanto europeia quanto latino-americana, levantando questões referentes as problemáticas decorrentes das constantes mudanças advindas dos moldes políticos. Todavia, é na América Latina que a Psicologia Comunitária toma grandes proporções através das contribuições de teóricos latino-americanos.

[...] Dentre tais autores destacamos as contribuições do pensamento de Orlando Fals Borda (introdutor da metodologia da pesquisa-ação como um procedimento fornecido aos psicólogos sociais comunitários para promover a ideia de autogestão nas comunidades) e Paulo Freire (que originou uma teoria pedagógica voltada para o desenvolvimento de uma análise crítica e emancipadora do homem no processo educacional) (PEREIRA; PINTO 2016, p. 3).

Diante tal contexto, fez-se necessário a utilização das concepções teóricas para que fosse possível responder a seguinte questão: quais as contribuições teóricas e práticas que possibilita a Psicologia Comunitária trabalhar com os movimentos sociais? Dessa forma, objetiva-se analisar como a Psicologia Comunitária pode estar inserida nos movimentos sociais, a partir da sua aproximação teórico-prática com a Educação Popular.

Para tal, buscou-se também examinar a relação existente entre a Psicologia Comunitária e a Educação Popular no lidar com os grupos dos movimentos sociais, tendo em vista as importantes mudanças históricas conquistadas, num contexto secular de opressão, a partir das lutas sociais estabelecidas por esses coletivos.

Metodologia

Como metodologia esta pesquisa tem um caráter qualitativo, propondo apresentar as perspectivas da Psicologia Comunitária acerca dos movimentos sociais, estabelecendo uma articulação teórica entre a Psicologia Comunitária e a Educação Popular (método freireano), tendo em vista que a dialogicidade proposta por Freire (1996) é o elemento preponderante para

a “construção do conhecimento” (PEREIRA; PINTO, 2016, p. 5). Assim, podendo apresentar uma análise contextualizada de como tais saberes podem contribuir, ou até mesmo já contribuem com os trabalhos para, e, com os movimentos sociais.

De acordo com Oliveira (2014, p. 37) existem características específicas que definem uma pesquisa qualitativa por apresentar “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, que se constitui na apreensão e análise de dados, em prol de estabelecer uma resposta específica à pergunta anteriormente estabelecida, em materiais relevantes ao tema datados de 2003 até os dias atuais, e que por sua vez forneceram subsídios para essa discussão. Vale salientar que foi utilizada publicações anteriores aos anos especificados acima, por compreenderem materiais teóricos metodológicos do grande precursor da Educação Popular, o Paulo Freire.

De tal maneira, buscou-se compreender, a priori, os mecanismos que move os movimentos sociais, assim como a sua formação, tendo em vista que tais são constituídos por um ou mais grupos. Destarte, assimilando os conceitos da Psicologia Comunitária e da Educação Popular, estabelecer as conexões existentes entre estas e os movimentos sociais.

Psicologia Comunitária e Educação Popular: propostas inclusivas.

A Psicologia Comunitária surge em meio as grandes transformações sociais tanto na Europa quanto na América Latina, como uma extensão do campo de pesquisa da Psicologia Social, que na década de 60, restringia-se ao laboratório, sofrendo várias críticas dos próprios psicólogos sociais norte-americanos, de que o social deveria ser experienciado em *locus*, e que já não estavam dando conta das demandas vigentes.

Silva (2016) aponta que os novos estudos direcionavam à “produção de um conhecimento científico contextualizado a esses problemas” (p. 24), e que possibilitassem o enfrentamento as emergentes demandas sociais. Isso possibilitaria aos psicólogos sociais tomarem novas posturas de organização Comunitária direcionadas as práticas emancipatórias, proporcionando aos grupos sair do lugar de invisibilidade social.

Pereira e Pinto (2016) esclarecem que não se pode falar em Psicologia Comunitária sem se remeter a Educação Popular proposta por Freire (1996). As duas foram desenvolvidas como enfrentamento dessas marcas sociais, pois ao promover o crescimento dos sujeitos em grupos a partir da tomada de consciência, levando-se em consideração uma relação igualitária, onde saiam do individualismo à autonomia coletiva dos sujeitos, e tal autonomia é fator preponderante de mudanças sociais, evidencia-se aqui o mesmo direcionamento da Educação Popular, que segundo Silva (2016) trata-se de uma contribuição notável para o desenvolvimento do trabalho do psicólogo comunitário.

[...] vê-se que uma das tarefas do psicólogo comunitário é utilizar artifícios que ampliem e facilitem os diálogos que permeiam e, ao mesmo tempo, possibilitam os espaços de colaboração e de ação transformadora do contexto comunitário. Tendo isso em vista, o intercâmbio de ideias e a construção conjunta de atividades entre os participantes de um grupo se mostram fundamentais (PINHEIRO; BARROS; COLAÇO, 2012, p. 113).

O trabalho do psicólogo comunitário dialoga claramente com as propostas da Educação Popular, por ser antes de tudo, a compreensão e apreensão do mundo e significados simbólicos dos quais este é constituído, o que pode ser entendido quando Freire (1996) afirma que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Para tanto, é imprescindível a compreensão de todos os símbolos e sinais linguísticos existentes e utilizados pelo grupo ao qual será inserido um trabalho, procurando nesse interim não desrespeitar o que já é disposto pelo mesmo.

Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a "leitura da palavra" (FREIRE, 1996, p. 33).

O exposto evidencia que a proposta teórico-metodológica se harmoniza com as ideias freireanas. Isso pode ser visto quando Freire (1996) salienta que quando a possibilidade em aprender se alinha a criticidade, estas estimulam à construção, e realçam o interesse epistemológico. Assim, a Psicologia Comunitária auxilia na elaboração de possibilidades de mudanças, conscientizando da capacidade em potencial que o grupo possui, conforme explica Pereira e Pinto (2016). Para ampliar a discussão abordaremos no próximo tópico um pouco sobre como a Psicologia Comunitária pode estar articulada as práticas dos movimentos sociais.

Nepomuceno et al. (2008) retrata ser a Psicologia Comunitária concebida como consequência que trouxeram os movimentos de mudança do foco científico-profissional, para as grandes demandas de transformações sociais provenientes da necessidade real da sociedade, trazendo em sua base a práxis de libertação. Aqui, o termo práxis deve ser entendido a partir das ideias trazidas por Freire (1987), que atribui ao ser humano uma unidade indissociável, a ação-reflexão-ação, o que ser-se-á reflexo da relação homem-homem e homem-mundo.

Os conceitos da Educação Popular pautam várias práticas educativas, e “elucidativas” (grifo do autor) não só nas diversas ciências sociais, mas também nos diversos movimentos sociais, que se utilizam da dialogicidade proposta por Freire (1996) do Eu-Tu, ou seja, uma relação horizontal sem imposições, porém construindo saberes. Dessa forma compreende-se que tudo está interligado, as ações de um vão respaldar noutro, e, nesse contexto concordando com Silva (2016) estão inseridas a Psicologia Comunitária e a Educação Popular como formas teórica e prática de enfrentamento a realidade social, composta por injustiças sofridas pelos indivíduos que compõem os grupos, e fazem parte do coletivo representado pelo movimento social específico.

[...] não há pessoas sem família, aprendizagem sem cultura, loucuras sem ordem social; portanto, não pode tampouco haver um eu sem um nós, um saber sem um sistema simbólico, uma desordem que não se remete às normas morais e a uma moralidade social (MARTIN-BARÓ, 1996, p. 17).

Seria necessário sair da posição de conformismo com a situação social, para uma consequência uma causa, para uma ação uma reação; mediante Silva (2016) alguns teóricos da psicologia, bem como da pedagogia, a exemplo de Martin-Baró e Paulo Freire, respectivamente,



propuseram circunstâncias em que fossem discutidas as realidades sociais das populações oprimidas, bem como as causas e condições de ajustes, objetivando a redução dessa opressão danosa mediante. Junto a Silva (2016) compreende-se a internalização da educação popular presume uma transformação consciente da autonomia dos indivíduos, a partir do momento em que seus os interesses coletivos são discutidos para assim perfazer um novo rumo na história.

Os Movimentos Sociais e a Psicologia Comunitária

Dentro do contexto democrático e participativo do início deste século, novas configurações de “educação não-formal da sociedade civil” (JESUS, 2012, p.164) foram estabelecidas dentro dos movimentos sociais. Assim, os movimentos sociais contribuem de forma crescente para apresentarem uma (re)configuração social. Com outras palavras poder-se-ia dizer que os movimentos sociais buscam uma (re)democratização plena, que viabilize e possa restituir os direitos à uma diversidade muitas vezes invisível na sociedade, em prol de maior visibilidade social.

Esse fenômeno tem se tornado, cada vez mais, objeto de estudo da Psicologia Comunitária, de acordo com Silva (2016). Assim, compreende-se a legitimidade dessas atuações sociais, bem explanado quando Gohn (2003, p. 18) afirma que “o processo de democratização ocorreu e ocorre pelo desempenho dos movimentos sociais, posto que a própria redefinição da democracia emergiu de tal luta”.

Gohn (2015) indica que o método freireano, método este utilizado pela Psicologia Comunitária, desempenhou grande influência sobre as atividades político-organizativas das décadas de 80 e 90, pois a educação popular tornava-se “sinônimo de movimento popular social” (p. 5), detendo da conscientização como o mecanismo educacional utilizado. Por isso, a obra de Paulo Freire fora e ainda o é, tão empregada pelos movimentos sociais.

Tais movimentos, são por sua vez, sinônimos do empoderamento de grupos sociais, dessa forma, Pereira e Pinto (2016) corroboram quando apresentam ser esse processo de conscientização o instrumento primordial para a construção da autonomia do sujeito, sendo empregados tanto pela Psicologia Comunitária quanto pela Educação Popular.

Quando o movimento social está bem articulado, condiciona alterações estruturais dos poderes públicos, por isso evidencia-se uma relação conflituosa entre seus representantes legais,

os líderes, e o Estado, pois os interesses do poder público, por muitas vezes, é diferente daqueles almejados pela sociedade que o mantém. A essa incongruência também despertou, ainda mais, o interesse da Psicologia Comunitária, ao ponto que essa discordância de relação Estado-Sociedade não é promotora de saúde mental. Assim, é relevante debruçar-se sobre os esforços desses grupos sociais possibilitando-os a resolução dos problemas que os indivíduos que compõem o grupo têm em comum, o que Jesus (2012, p. 166) chama de “estado mental de insatisfação”.

Esse estado incongruente entre as relações Estado e Sociedade levou a Festiner (1975) desenvolver a Teoria da Dissonância Cognitiva bem como a da Comparação Social. Essa dissonância cognitiva proposta por Festiner, advém das pressões sociais que impulsionam os indivíduos a agirem em desacordo com suas expectativas, direcionando-os segundo Jesus (2012) à formação ou incorporação dos movimentos sociais que as apoiem, sem que seja preciso ceder às exigências comportamentais da realidade social.

Os integrantes dos movimentos sociais constituem uma coletividade que estão compartilhando, ao mesmo tempo em que se apoiam, suas experiências, afetos, emoções, enfim, anseios. Cada movimento social tem a sua devida premissa para existir, suas regras e objetivos, contudo, caminham numa mesma direção, a luta por direitos, por uma democracia mais justa, por políticas públicas eficazes, tudo isso interliga de certa forma esses movimentos, além de realçar um estereótipo negativo (GOHN, 2012; JESUS 2012; SILVA, 2016).

Nessa relação está algo que muito interessa à Psicologia Comunitária, a constituição psicossocial dos integrantes dos movimentos sociais, pois o êxito das lutas não depende apenas do seu tamanho ou sofisticação, mas da capacidade de expressarem as suas ânsias e expectativas do coletivo, possibilitando dessa forma ser um referencial de resolução da problemática generalizada (JESUS, 2012; SILVA, 2016). É esse psicossocial que será trabalhado uma vez que a dissonância cognitiva causa sofrimento psíquico que se reflete nas ações, e sua “saúde” (grifo do autor) pautar-se-á nos campos subjetivos e externos (fatores sociais) dos indivíduos que compõem os movimentos sociais.

Diante do exposta, a Psicologia Comunitária deve “pautar-se em métodos científicos, que visam o engajamento social do psicólogo e a participação ativa da população na construção do conhecimento” (NEPOMUCENO, 2008, p. 462). Sendo várias as causas pelas quais os movimentos sociais reivindicam, como a reforma agrária, de gênero, LGBT, de igualdade racial, religiosos, políticos, educacionais, entre outros, buscando sempre algo em comum, “o

direito de ter direito” (grifo do autor), onde a ausência desse bem os causam sofrimento, pois acarreta em sérias consequências, como exclusão social (JESUS, 2012).

Conclusão

Diante do exposto, e concordando com Gohn (2015) conclui-se que a Psicologia Comunitária e a Educação Popular, desempenharam, e ainda o fazem, papéis relevantes na conscientização a partir do empoderamento dos indivíduos pertencentes aos movimentos sociais. Bem como traz Brasil (2012, p. 11) “todo o poder emana do povo”, Jesus (2012) afirma que essa noção deixa de ser uma compreensão abstrata, que por meios dos movimentos sociais os indivíduos até então invisibilizados, tornam-se possíveis uma democracia que os integre socialmente.

Todavia quem transforma a realidade social não são apenas os psicólogos e pedagogos, entres outros profissionais, mas aqueles que saem do estado de inércia tomando consciência de suas realidades, seus direitos e deveres, organizando-se socialmente para assim reivindicarem melhorias e igualdade de direitos. É isso que segundo Pereira e Pinto (2016) faz a aplicação da Educação Popular, que problematiza desenvolvendo seu poder de crítica do mundo. Tais premissas favoreceram e embasaram o trabalho do psicólogo comunitário.

Essa conscientização dos integrantes dos movimentos sociais promovida pela Psicologia Comunitária e pela Educação Popular, buscam uma reformulação da realidade social, o que possibilita retirar os oprimidos do estado de conformismo, impondo ao Estado novas ações com relação a segregação social, seja econômica, de gênero, religiosa, entre outras. Essa mudança é a almejada pelos movimentos sociais, de que o Estado ao invés de excluir, uma as pessoas. (FREIRE, 1987; GOHN, 2015; PEREIRA; PINTO, 2016; SILVA, 2016).

O pensar na prática do desenvolvimento crítico estimulou Freire (1987) a desenvolver novas alternativas de empoderamento, sem se dar conta de que seus conceitos afetariam de maneira positiva outras ciências e agentes sociais. Dessa forma, a Psicologia Comunitária concebe a “ideia freireana de que o outro também é detentor de saberes”, segundo Pereira e Pinto (2016, p. 5), buscando auxiliar os indivíduos de forma organizada, possibilitando-os tornarem-se agentes conscientes da sua própria transformação.

Os conceitos propostos por Freire (1987) como o da relação dialógica, da horizontalidade, da educação problematizadora e da autogestão são apropriados pelos psicólogos comunitários, permitindo-os perfazerem sua pesquisa-ação de maneira mais eficaz junto aos movimentos sociais, tratado anteriormente como relação Eu-Tu, perfazendo a dialogicidade da interação humana. Destarte, acredita-se que embora mais de 40 anos desde a constituição da Educação Popular, esta continua sendo atual e uma grande referência para a Psicologia Comunitária, conforme afirma Pereira e Pinto (2016).

Por sua vez, foi concebida para lidar diretamente com as questões psicossociais que envolvem os indivíduos socialmente oprimidos e excluídos de seus direitos, se bem que saúde mental não depende apenas dos fatores internos, mas também dos externos que envolvem as relações sociais. Por fim, sem criticidade não é possível estabelecer uma sociedade realmente democrática, e sem o empoderamento demonstrado pelos movimentos sociais, isso não seria possível.

Agradecimentos

Agradeço a Obátálá por me favorecer com inteligência e permitir-me compartilhar o conhecimento.

À minha família por sempre me estimular e incentivar a crescer, em especial a minha mãe Inez, meu irmão “Lindo” e meu pai Edilson (em memória) por serem o meu farol.

Aos meus professores da graduação em Psicologia e pós-graduação em Psicologia Escolar e Educacional por me indicarem o caminho da pesquisa e por acreditarem no meu potencial.

Agradeço a todos e todas que de alguma forma colaboraram com as minhas pesquisas no âmbito da Psicologia Comunitária, Educação Popular e Movimentos Sociais.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2012.

- FESTINGER, L. **Teoria da Dissonância Cognitiva**. Zahar, Rio de Janeiro: Editora, 1975.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- Gohn, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. **A relação entre a Educação Popular e os Movimentos Sociais na construção de sujeitos coletivos**. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2015, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: EDUCERE, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18577_7958.pdf. Acesso em: 18/07/2018.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JESUS, J. G. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v.1, p. 163-186, UERJ, 2012.
- MARTIN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol.** Natal, RN: 1997, v. 2, n.1, p. 7-27.
- NEPOMUCENO, L. B. et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 4, p. 456-464, out./dez. 2008.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PEREIRA, J. E. S. S.; PINTO, I. A. Psicologia Comunitária e Educação Popular: diálogos possíveis. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 11., 2016, Recife. **Anais [...]**. Recife: Cátedra Paulo Freire, 2016.
- PINHEIRO, F. P. H. A.; BARROS, J. P. P.; COLAÇO, V. F. R. Psicologia Comunitária e Técnicas para o Trabalho com Grupos: Contribuições a Partir da Teoria Histórico-Cultural. **Psico**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 193-199, 2012.
- REGO, P. R. C. **Movimentos sociais e educação popular**. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latino americana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- SILVA, D. C. **Psicologia comunitária e movimentos sociais: juventude, participação política e enfrentamento de formas de desenraizamento em comunas do MST**. 2016. 124 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.